

Observatório da Qualidade



Glossário sobre avaliação dos alunos

Avaliação dos alunos – glossário

Índice

Apresentação	4
Glossário	5
Aferição	5
Autoavaliação	5
Autorregulação	5
Avaliação	6
Avaliação criterial	6
Avaliação externa	6
Avaliação formativa	7
Avaliação formativa digital	7
Avaliação interna	7
Avaliação ipsativa	8
Avaliação normativa	8
Avaliação pedagógica	8
Avaliação sumativa	9
Avaliação sumativa com fins classificatórios	9
Avaliação sumativa com fins formativos	9
Avaliação sumativa periódica	9
Classificação	9
Conhecimento	9
Critérios de avaliação	10
Critérios de correção	10
Currículo	10
Currículo informal	11
Currículo oculto	12
Currículo real	12
Descritores	12
Descritores de desempenho	12
Feedback	12
Heteroavaliação	12

Avaliação dos alunos – glossário

Informação	13
Mediação pedagógica	13
Metacognição	13
Nota	13
Política de classificação	13
Princípios da avaliação	14
Princípios da classificação	14
Rubrica	14
Sabedoria.....	14
Técnicas e instrumentos de recolha de dados	15
Bibliografia	16
Referencial legislativo e documentos curriculares	18

Avaliação dos alunos – glossário

Apresentação

Num tempo em que muitas mudanças se fazem sentir no domínio da educação, nomeadamente no campo da avaliação pedagógica, o Observatório da Qualidade do AEV considerou oportuna a construção de um documento aglutinador de informação sobre a avaliação dos alunos. A opção recaiu sobre a forma de um glossário, por facilitar a consulta e permitir um acesso rápido a conceitos fundamentais, aqui apresentados com base em documentos estruturantes do currículo e bibliografia especializada.

Iniciou-se este trajeto pela terminologia relativa à avaliação dos alunos, mas pretende-se abranger outras áreas fundamentais da educação e da pedagogia, numa fase posterior. Alguns termos, dada a sua natureza complexa e plurissignificativa, requerem uma explicação mais extensa e aprofundada, pelo que este trabalho transcende a natureza de um puro glossário e assume-se também como um convite a outras leituras.

Neste documento, apresenta-se um conjunto de termos técnicos relativos à avaliação das aprendizagens dos alunos, com o objetivo de partilhar a sua compreensão. Convém lembrar que, em educação e em pedagogia, a terminologia, apesar de técnica, é, por vezes, polissémica. Deste modo, o leitor deve encarar as explicações partilhadas como uma possibilidade interpretativa e compreensiva, numa matriz da sociologia e da filosofia da educação, aberta a interpretações diversas e complementares, em função de autores ou teorias educativas, por exemplo.

Com este documento, não se pretende constituir um corpo terminológico doutrinal, mas, antes, propor um ponto de partida para a partilha de vocabulário essencial a usar na documentação do AEV pela comunidade educativa e, sobretudo, pelo corpo docente.

Para finalizar, é importante realçar que se trata de um documento aberto à participação e à colaboração da comunidade educativa, em permanente construção.

Avaliação dos alunos – glossário

Glossário

Aferição – É a verificação ou avaliação das aprendizagens. É uma avaliação da competência ou capacidade do aluno através de um instrumento de avaliação como processo de verificação, com o objetivo de detetar e de superar dificuldades nos diferentes domínios curriculares.

Autoavaliação – A autoavaliação é um processo interno ao próprio sujeito enquanto estratégia promotora de comportamentos autorregulatórios. Pode constituir-se como um processo mental interno através do qual o próprio toma consciência dos diferentes momentos e aspetos da sua atividade cognitiva. É um olhar crítico consciente sobre o que se faz, enquanto se faz. Os critérios de avaliação desempenham um papel central no processo de autoavaliação, quer nas tarefas avaliativas realizadas pelo professor quer nas tarefas avaliativas realizadas pelo aluno (autoavaliação), na medida em que pressupõem o confronto entre as ações desenvolvidas na exploração de uma determinada tarefa e os seus critérios de realização (Jorro, 2000). A autoavaliação deverá permitir ao aluno uma reflexão sobre o que aprende e, fundamentalmente, sobre a sua postura perante essa aprendizagem, de que forma se envolveu na mesma, que ferramentas adquiriu. Trata-se, na realidade, de uma corresponsabilização do aluno com a sua própria aprendizagem. Em síntese, a autoavaliação deve ser realizada por todos os atores educativos e, segundo Simão (2005) traduz-se num “olhar crítico consciente sobre o que se faz, enquanto se faz e/ou depois de ser feito.”

Autorregulação – a autorregulação, em contexto de aprendizagem, é o processo que abarca o papel participativo do aluno e a manutenção das cognições, motivações, comportamentos e afetos dos alunos, planeados e ajustados com a finalidade de alcançar os seus objetivos escolares. Na perspetiva de Perrenaud (1999), é através das ferramentas adquiridas na interação com o professor, em determinado contexto histórico-cultural, que o aluno é capaz de avançar do estágio de regulação externa para o de autorregulação interna.

A autorregulação da aprendizagem por parte de um aluno oferece-lhe autonomia para gerir o processo, possibilitando a escolha das estratégias para uma melhor prestação escolar. O envolvimento responsável do aluno vai proporcionar-lhe uma maior autonomia face ao professor e à aprendizagem e estimular os comportamentos autorregulatórios. A capacidade do aluno para autorregular as suas aprendizagens resulta do desenvolvimento de competências de autoavaliação, o que só ocorrerá se o aluno desenvolver uma prática que vá nesse sentido.

Avaliação dos alunos – glossário

O desafio para os professores será desenvolver atividades e experiências de aprendizagem ao longo dos anos de escolaridade que contribuam para desenvolver competências autorregulatórias. A autorregulação é uma dimensão fundamental dos processos cognitivos e, por isso, indissociável do processo de ensino e aprendizagem.

Avaliação – Avaliar é o ato do avaliador e pode significar: verificar, julgar, estimar, situar, representar, determinar, dar um conselho... A avaliação assume, predominantemente, uma função de regulação do processo de ensino e aprendizagem que pressupõe três etapas: recolha de informação, análise da informação recolhida e a emissão de um juízo de valor qualitativo e/ou quantitativo, dependendo da função e das finalidades da avaliação, que conduz a tomadas de decisões posteriores. A avaliação em educação é um processo conhecido e criterioso pelo qual se obtém informações úteis que permitem julgar decisões, podendo assumir um papel de regulação do processo de ensino e aprendizagem. Avaliar permite verificar o que foi aprendido, compreendido e retido, num contexto de uma progressão desejável.

“Avaliar implica compreender e determinar o valor e a qualidade dos processos formativos a partir de recolha, análise e interpretação de dados relevantes, com base em critérios explícitos e partilhados, que funcionam como referencial para a emissão de juízos de valor e para a tomada de decisões” (Alonso, 2002: 20).

Avaliação criterial – considera o aluno como um ser singular e procura observar e analisar os processos individuais de aprendizagem. É a seleção de critérios de êxito que explicita os propósitos do avaliador. A interação formativa professor-aluno, *facilitada* por uma avaliação criterial, joga-se na negociação de critérios antes do início e durante a ação educativa. A avaliação de referência criterial, para além de fundamentar as decisões relativas à progressão dos alunos, permite orientar as decisões que podem implicar a reformulação de estratégias, de objetivos intermédios e até outra seleção de conteúdos. O desempenho do aluno é analisado individualmente por referência a objetivos ou competências de aprendizagem tornando-o participativo e consciente do que se lhe pede. Tem como finalidade reorganizar o ensino e a aprendizagem num processo interativo e permite identificar pontos fortes e fragilidades em cada aluno potenciando a conceção de medidas adequadas de apoio. Tem como objetivo a progressão de todos os alunos e a competição do aluno consigo próprio uma vez que sabe o que se espera dele.

Avaliação externa – é a avaliação das aprendizagens, complementar da avaliação interna, e tem a intervenção de avaliadores externos ou é da responsabilidade dos serviços ou organismos da área governativa da Educação. A informação gerada por esta modalidade de avaliação pode ser mobilizada para fins formativos e sumativos. A avaliação externa abrange as Provas de aferição; as Provas finais do ensino básico; os

Avaliação dos alunos – glossário

Exames finais nacionais; as Provas de aptidão artística e as Provas de aptidão profissional.

Avaliação formativa – esta modalidade de avaliação, em conformidade com a legislação em vigor, “assume caráter contínuo e sistemático, ao serviço das aprendizagens, recorrendo a uma variedade de procedimentos, técnicas e instrumentos de recolha de informação, adequados à diversidade das aprendizagens, aos destinatários e às circunstâncias em que ocorrem.” A avaliação formativa é considerada a principal modalidade de avaliação, dadas as suas potencialidades na obtenção de informação sistemática, diversificada e privilegiada e deve envolver professores, pais e encarregados de educação e alunos. A avaliação formativa é um importante requisito na diferenciação pedagógica, reorientação escolar/vocacional e na autorregulação.

A avaliação formativa determina qualitativamente o processo e o progresso da aprendizagem, ao permitir identificar as correções a realizar, com base no *feedback* fornecido.

A avaliação formativa tem uma função pedagógica e centra-se não nos resultados, mas no processo de ensino e aprendizagem e na averiguação dos pré-requisitos necessários a novas aprendizagens e no desenvolvimento integral do aluno. Proporciona um *feedback* informativo ao professor e ao aluno, permitindo ajustes e autorregulação do sistema de ensino, nomeadamente, a adoção de medidas de recuperação ou estratégias de ensino individualizado ou diferenciação pedagógica, essenciais para a melhoria do processo, do desenvolvimento do aluno e para o sucesso da avaliação sumativa.

Avaliação formativa digital – as ferramentas digitais criam possibilidades de aprofundar a prática da avaliação formativa dentro e fora da sala de aula, permitindo um *feedback* rápido e constituem-se como um apoio às etapas de aprendizagem seguintes. Entre estas ferramentas podem considerar-se as plataformas personalizadas de aprendizagem (e-Portefólios/diários digitais, Storytelling digital, Redes Sociais – blogues, wikis), os recursos *on line*, aprendizagem móvel, rubricas, jogos digitais e avaliações formativa e sumativa integradas (testes e *quizzes*). (Pais; Candeias. 2021. p.9)

Avaliação interna – avaliação das aprendizagens da responsabilidade dos professores e dos órgãos de gestão pedagógica da escola/agrupamento que compreende, de acordo com a finalidade que preside à recolha de informação, a mobilização de técnicas, de instrumentos e de procedimentos diversificados e adequados. Tem as seguintes modalidades: formativa e sumativa. No processo de avaliação de alunos podemos ainda utilizar as designações de avaliação criterial e de avaliação normativa. Não se trata de mais modalidades de avaliação para juntar à sumativa ou à formativa, trata-se de duas interpretações que têm como base

Avaliação dos alunos – glossário

referentes distintos, ou seja, duas perspetivas ou olhares diferenciados relativamente ao processo avaliativo.

Avaliação ipsativa – avaliação que o aluno faz do processo da sua aprendizagem, verificando a evolução entre o ponto de partida e o ponto de chegada. Evita a comparação com os outros, e reforça a autoconfiança, sempre que se verifica uma evolução positiva.

Avaliação normativa – de um ponto de vista normativo, tem-se como referência o grupo e é em comparação com o seu desempenho médio que se mede o desempenho de cada aluno. Tem como intenção classificar, comparando os alunos entre si. Tem como finalidade atribuir níveis, notas numa classificação ordenada, tendo em vista selecionar. Pode ser utilizada para identificar os alunos que necessitam de medidas de apoio. Tem como implicação a promoção da competitividade.

Os resultados da observação e a interpretação da avaliação normativa permitem hierarquizar classificar e selecionar. Hadji (2001: 18) define a avaliação normativa como “uma avaliação cuja ambição é situar os indivíduos uns em relação aos outros”.

Avaliação pedagógica – “A avaliação pedagógica pode ser concebida como um processo através do qual professores e alunos recolhem, analisam, interpretam, discutem e utilizam informações referentes à aprendizagem dos alunos (evidências de aprendizagem) tendo em vista uma diversidade de propósitos tais como: a) identificar os aspetos mais e menos conseguidos dos alunos no que diz respeito às suas aprendizagens; b) acompanhar o progresso das aprendizagens dos alunos em direção aos níveis de desempenho que se consideram desejáveis; c) distribuir *feedback* de qualidade para apoiar os alunos nos seus esforços de aprendizagem; d) atribuir notas; e e) distribuir *feedback* aos pais e encarregados de educação.” (Fernandes, 2021)

(...) “Através da avaliação pedagógica utiliza-se uma diversidade de processos de recolha de informação acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer; ou seja, uma diversidade de processos que evidenciam as suas aprendizagens tais como testes, apresentações, interações e diálogos diversos com os alunos, ensaios, observações informais, autoavaliações dos alunos, avaliação entre pares e desempenhos na resolução de uma diversidade de problemas. Além do mais, é através da avaliação pedagógica que, por exemplo, se relacionam as *Aprendizagens Essenciais (AE)* e o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO)* com as práticas de avaliação utilizadas pelos professores, fundamentalmente baseadas em critérios, para ajudar os alunos a aprender.” (Id.)

“Nas práticas da avaliação pedagógica, (...) os alunos assumem quer o papel de quem está a aprender, quer o papel de quem participa no processo de avaliação e, nesse sentido, os métodos e procedimentos da avaliação pedagógica estão muito mais

Avaliação dos alunos – glossário

próximos dos alunos do que, por exemplo, os métodos de avaliação que se baseiam num só processo de recolha de informação e em que tudo é da exclusiva responsabilidade dos professores.” (*Id.*)

“Em suma, a avaliação pedagógica deve ser utilizada pelos alunos e pelos professores para que se possam desenvolver as aprendizagens e as competências previstas nas AE, no PASEO e noutros documentos curriculares relevantes. Isto significa que, de forma sistemática, os alunos têm de ser claramente informados acerca do que é importante aprender (através dos critérios), da situação em que se encontram relativamente às aprendizagens que têm de realizar e dos esforços e estratégias que é necessário fazer para o conseguir. É, por isso, fundamental que se retirem as devidas ilações quanto ao papel incontornável do *feedback* e dos diálogos com os alunos nas salas de aula.” (*Id.*)

Avaliação sumativa – permite fazer balanços e pontos de situação através da recolha de informação destinada a atribuir notas aos alunos.

Avaliação sumativa com fins classificatórios – permite obter valores, que contribuem para a formulação de um juízo sobre o que os alunos aprenderam, possibilitando a atribuição de uma classificação.

Avaliação sumativa com fins formativos – permite obter valores de referência que facilitem ao aluno o processo de autoavaliação e de autorregulação.

Avaliação sumativa periódica – a avaliação sumativa traduz-se na formulação de um juízo global sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos, tendo como objetivos a classificação e certificação. Realiza-se no final de cada período letivo e dá origem, no final do ano letivo, a uma tomada de decisão no ensino básico geral e nos cursos artísticos especializados do ensino básico, sobre a transição e a aprovação, nos cursos científico-humanísticos e nos cursos artísticos especializados do ensino secundário, sobre a aprovação em cada disciplina, a progressão nas disciplinas não terminais, a transição para o ano de escolaridade e nos cursos profissionais, a avaliação sumativa dá origem a uma tomada de decisão sobre a aprovação em cada disciplina, módulo ou UFCD, a progressão, ou a reorientação do percurso educativo dos alunos, e a conclusão do nível de educação e qualificação profissional correspondente, ocorrendo no final de cada módulo ou UFCD.

A avaliação sumativa, apesar de periódica, pode ter correlativamente fins formativos e classificatórios.

Classificação – a classificação define os procedimentos e as técnicas a partir dos quais se podem determinar as notas a atribuir.

Conhecimento – o conhecimento é uma apreensão intelectual de informação prática ou teórica, é o ato ou efeito de conhecer. O tratamento da informação implica análise e compreensão da informação pelo indivíduo que transforma a informação em

Avaliação dos alunos – glossário

conhecimento. O conhecimento implica a capacidade e competência de compreender a informação que recebe, ou seja, quando alguém tem conhecimento, consegue dar um sentido à informação que recebe. O conhecimento é o estado de conhecer algo através da compreensão, de estudos comparativos e de conceitos, ou seja, implica uma construção por meio do raciocínio lógico, intuição, *insight* e experiência. Assim, através da associação de várias informações acede-se a uma maior compreensão da realidade. No conhecimento há mesmo um movimento de expansão e ampliação do entendimento.

Critérios de avaliação – processo pedagógico-didático que envolve o processo de ensino e aprendizagem que ajuda o aluno a aprender e a melhorar as suas competências. Os critérios de avaliação definem uma política de avaliação. Os critérios de avaliação têm um papel fundamental, tanto no processo de autoavaliação realizado pelos alunos, como na preparação da ação a desenvolver a partir dessa autoavaliação, com o objetivo de realizar a tarefa solicitada.

“Os critérios são afirmações que se produzem a partir de *elementos* curriculares indispensáveis (por exemplo, *Aprendizagens Essenciais*, *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*) e que identificam o que se consideram ser as características ou os atributos que o desempenho dos alunos deve ter quando estão a trabalhar numa dada tarefa de avaliação. Assim, os critérios definem algo que é desejável que todos os alunos saibam ou sejam capazes de fazer. Isto é, uma espécie de ideal que deverá ser alcançado por todos. Os critérios devem ser definidos de forma muito simples; na verdade, devem ser especificações muito breves. Por exemplo, se uma dada tarefa de avaliação envolve a resolução de problemas, um dos critérios poderá ser *Compreensão do Problema* e outro *Plano de Resolução*.” (Fernandes, 2021)

Meirieu (1992) define critérios como elementos que permitem ao sujeito verificar que realizou bem a tarefa proposta e que o produto da sua atividade se ajusta às aprendizagens a realizar. Importa referir que o conceito de critérios determina a construção de um referencial para comparar os resultados.

Critérios de classificação – têm por objetivo a atribuição de uma classificação final, traduzem uma política de classificação. É a partir dos critérios e das descrições dos níveis de desempenho que se pode distribuir *feedback* de elevada qualidade a todos os alunos.

Critérios de correção – têm por objetivo a atribuição de uma cotação a uma resposta ou a um trabalho realizado pelo aluno, implicam a descrição de níveis de desempenho e decorrem da política de classificação. É também em função destes critérios que se pode distribuir *feedback* de elevada qualidade a todos os alunos.

Currículo – A palavra currículo tem a raiz no termo latino *currere* que assume duas traduções: “correr” e “pista”. Neste sentido uma definição de currículo poderá

Avaliação dos alunos – glossário

compreender o **que**, o **como** e as **condições** em que se aprende; estamos perante a aproximação de três ideias básicas: o **conteúdo**, o **modo** e o **meio** da aprendizagem.

Currículo é um conceito plurissignificativo. Todavia, podemos considerar que currículo escolar é, em qualquer circunstância, o conjunto de programas e de aprendizagens que, por se considerarem socialmente necessárias num dado tempo e contexto, cabe à escola garantir e organizar. Deste modo, o currículo é enunciado ao nível *macro* (formal/tutela) e reconcetualizado aos níveis *meso* (escola/agrupamento com o PE) e *micro*, ou seja, na sala de aula, tornando o professor num gestor de currículo.

O artigo 11.º do DL 55/2018 estabelece que *O currículo dos ensinos básico e secundário integra planos curriculares, que apresentam o conjunto de componentes de currículo ou de formação, áreas disciplinares, disciplinas e unidades de formação de curta duração, a lecionar por ano de escolaridade, ciclo e nível de ensino ou formação. O currículo (formal) é constituído pelos documentos curriculares que inscrevem as aprendizagens a desenvolver pelos alunos, nas diversas componentes de currículo, áreas disciplinares, disciplinas ou unidades de formação de curta duração. As Aprendizagens Essenciais constituem orientação curricular de base, para efeitos de planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem, em cada ano de escolaridade ou de formação, componente de currículo, área disciplinar, disciplina ou UFCD.*

O mesmo normativo declara que *O currículo visa garantir que todos os alunos, independentemente da oferta educativa e formativa que frequentam, alcançam as competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.*

O conceito de currículo é extremamente complexo, mas, como sistematiza Pacheco (1996: 20),” *O currículo, apesar das diferentes perspetivas e dos diversos dualismos, define-se como um projeto, cujo processo de construção e desenvolvimento é interativo, que implica unidade, continuidade e interdependência entre o que se decide ao nível do plano normativo, ou oficial, e ao nível do plano real, ou do processo de ensino-aprendizagem. Mais ainda, o currículo é uma prática pedagógica que resulta da interação e confluência de várias estruturas (políticas, administrativas, económicas culturais, sociais, escolares, ...) na base das quais existem interesses concretos e responsabilidades compartilhadas”.*

Currículo formal – é o currículo prescrito, formal, o corpo de aprendizagens propostas, refere-se ao que está determinado no papel e em programas estabelecidos. Designa o plano de ensino e aprendizagem – nos seus objetivos, competências, conteúdos e atividades – expressamente definido para promover aprendizagens explícitas, o qual constitui obrigação formal (horários professores e alunos) do professor implementar. É o currículo prescrito.

Currículo informal – por currículo informal entende-se toda a atividade estruturada ou não estruturada que faça parte da vida escolar dos alunos para além das atividades

Avaliação dos alunos – glossário

letivas. São exemplos deste currículo as atividades extra curriculares: clubes escolares, desporto escolar, associações de estudantes... . Pode decorrer na sala de aula ou em qualquer outro espaço escolar.

Currículo oculto – o currículo oculto designa aquelas práticas e processos educativos que induzem a resultados de aprendizagem não explicitamente visados no currículo pelos planos e programas de ensino. Estas práticas estão sobretudo ligadas à aquisição de valores, atitudes perante a escola e matérias escolares e a processos de socialização de formação ético-moral, ou seja, referem-se a um conjunto de atitudes, valores e comportamentos que não fazem parte explícita do currículo, mas que são implicitamente ensinados através das relações sociais na comunidade educativa. É o currículo implícito.

Currículo real – refere-se à operacionalização do currículo, aquilo que se faz na prática. É o currículo em ação, ou seja, o currículo formal na prática letiva.

Descritores – os descritores de desempenho devem evidenciar aquilo que o aluno deve ser capaz de saber e de fazer, como resultado de uma aprendizagem conduzida em função do estágio de desenvolvimento linguístico, cognitivo e emocional em que ele se encontra, bem como das etapas que antecederam esse momento.

Descritores de desempenho – as descrições dos níveis de desempenho são muito relevantes para que alunos e professores orientem os seus esforços de aprendizagem e de ensino, devem ser tão simples e breves quanto possível e devem definir o nível de qualidade do desempenho dos alunos numa dada tarefa de avaliação. As descrições devem ser simples e sucintas o quanto possível.

Feedback – o *feedback* deve fornecer uma informação objetiva e rigorosa sobre a forma como foi desempenhada uma tarefa que visava cumprir um determinado objetivo. É um compromisso pedagógico de autorregulação e melhoria das aprendizagens. O *feedback* eficaz deve ser oportuno, claro, específico, centrado nas tarefas e associado aos objetivos e competências das aprendizagens. O *feedback* deve focar a sua atenção naquilo que é preciso ser feito para melhorar e, principalmente, deve dar indicações detalhadas sobre o modo como o aluno pode proceder. As orientações podem ser orais ou escritas e apresentar-se sob a forma de comentários com sugestões ou questões reflexivas, mas para que sejam eficazes, devem acontecer de forma continuada, promover uma postura de reflexão e autoquestionamento nos alunos e não incluir juízos de valor sobre o seu desempenho.

Heteroavaliação – a heteroavaliação corresponde à avaliação feita por outro ou por outros. Em contexto escolar é a avaliação realizada pelos professores para avaliar alunos atribuindo uma classificação, seja ela quantitativa (através de

Avaliação dos alunos – glossário

notas/classificação) ou qualitativa (através de menções honrosas tais como, “Muito Bom”, “Bom”, ...

Informação – conjunto dos dados com significado em determinado contexto. É o dado já processado, organizado e com significado. Informações são dados tratados. O resultado do processamento de dados são as informações.

Mediação pedagógica – diz respeito ao relacionamento professor-aluno no processo de ensino e aprendizagem como processo de construção de conhecimento, a partir da reflexão crítica das experiências e do processo de trabalho. O processo de mediação pedagógica é exigente e, por vezes, complexo uma vez que se realiza na interação entre pessoas. A mediação pedagógica expressa a atitude e o comportamento do professor que ativamente promove, incentiva e motiva o aluno na aprendizagem e na concretização dos seus objetivos. No ensino presencial, é o professor quem atua como mediador pedagógico entre a informação passada e a aprendizagem por parte dos alunos. Já na modalidade de ensino à distância a mediação pedagógica dá-se através da produção de textos e outros materiais colocados à disposição do estudante através de plataformas disponíveis.

Metacognição – etimologicamente, a palavra *metacognição* significa para além da cognição, isto é, a faculdade de conhecer o próprio ato de conhecer, ou, por outras palavras, consciencializar, refletir, analisar e avaliar como se conhece.

A metacognição diz respeito, entre outras coisas, ao conhecimento do próprio conhecimento, à avaliação, à reflexão, à regulação e à organização dos próprios processos cognitivos com implicação, também, na motivação e na confiança nas suas capacidades. Assim, a prática da metacognição deve conduzir a uma melhoria da atividade cognitiva e motivacional e, portanto, a uma potencialização do processo de aprender, ou seja, a uma melhoria do desempenho escolar.

Nota – é o valor que traduz o desempenho do aluno num teste de avaliação sumativa, com ou sem fins classificatórios. É utilizada para comunicar o que os alunos conseguiram realizar em relação às aprendizagens previstas. Deve ter um significado claro, simples e tão concreto quanto possível, para além, de ser uma fonte de informação credível, significativa, justa e transparente no contexto de uma política de classificação equilibrada e com propósitos pedagógicos claros.

Política de classificação – estabelece o conjunto de princípios, métodos, técnicas e procedimentos através dos quais se definem os procedimentos e as técnicas que devem ser utilizadas para se poder definir o algoritmo através do qual as notas são determinadas (e.g., notas e/ou ponderações por domínio, notas e/ou ponderações por cada critério, número de processos de avaliação sumativa para fins de atribuição de notas, objetos considerados para atribuir notas). (Fernandes, D. 2021)

Avaliação dos alunos – glossário

Princípios da avaliação – são quatro e devem nortear todos os processos avaliativos.

1. **Princípio da diversificação** (diferentes técnicas de recolha de dados para que haja rigor e fiabilidade no processo de avaliação).
2. **Princípio da transparência** (avaliação discutida e participada com os alunos e partilhada com os encarregados de educação, devendo ser clara nos seus propósitos, métodos e objetos).
3. **Princípio da melhoria da qualidade das aprendizagens** (a avaliação é um processo eminentemente pedagógico e tem por objetivo primordial a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos).
4. **Princípio da positividade** (os alunos devem ter a possibilidade de demonstrar o que sabem e o que conseguem fazer).
5. **Princípio da integração curricular** (todas as tarefas propostas devem servir para os alunos aprenderem, os professores ensinarem e ambos avaliarem).

Princípios da classificação – as notas devem refletir as realizações dos alunos, tendo em boa conta as orientações previstas no currículo, nomeadamente as que constam nas AE e no PASEO. As políticas de classificação e atribuição de notas devem ser pensadas de forma a contribuírem para motivar os esforços e a aprendizagem dos alunos.

Rubrica – instrumento que auxilia quer os alunos, quer os professores a avaliar a qualidade do que é necessário aprender e saber fazer. Dela constam os critérios que serão aplicados numa determinada tarefa e os níveis de desempenho, com os respetivos descritores. Embora seja um instrumento utilizado preferencialmente para a avaliação formativa (avaliação para as aprendizagens que permite distribuir *feedback* de elevada qualidade), pode ser utilizada também no contexto da avaliação sumativa, avaliação das aprendizagens, para que, num dado momento, se possa fazer um balanço ou um ponto de situação acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer.

Sabedoria – sabedoria é a capacidade de saber que corpo de conhecimentos é relevante para a solução de problemas significativos. É possível haver muito conhecimento sem haver sabedoria. É o saber em uso e opõe-se ao saber inerte, vazio de possibilidades e potencialidades. A sabedoria é a capacidade de usar e mobilizar o conhecimento que possui na sua vida pessoal e profissional em determinados contextos. É o uso prático e humano da informação e do conhecimento na vida pessoal e profissional de forma a planear o futuro em função da informação e do conhecimento disponível. É o conhecimento acrescido de pragmatismo, uso, ética e

Avaliação dos alunos – glossário

valores. A sabedoria enquanto capacidade prática de mobilizar e utilizar adequadamente o conhecimento e a aprendizagem não tem prazo de validade.

Técnicas e instrumentos de recolha de dados – são quatro técnicas (inquérito, observação, análise de conteúdo e testagem) que incluem diversos instrumentos, de entre os quais se nomeiam, a título de exemplo, grelhas de observação, listas de verificação, portefólios, relatórios de atividades, cadernos diários, testes, questões aula ou fichas de verificação)

Avaliação dos alunos – Referencial legislativo

Bibliografia

- BANDURA, A. Perceived self-efficacy in cognitive development and functioning. *Educational Psychologist*, 28 (2), 1993, p.117-148. Fernandes, D. (2004). *Avaliação das aprendizagens: Uma agenda, muitos desafios*. Cacem: Texto Editores, Lda.
- CARDINET, J. (1993). *Avaliar é medir?* Porto: Edições Asa.
- CARDOSO, Sandra; COELHO, José Paulo. *Critérios de Avaliação: Questões de Operacionalização* (Versão de trabalho. Projeto MAIA). 2021
- FERNANDES, D. (2005). *Avaliação das Aprendizagens: Desafios às Teorias, Práticas e Políticas*. Lisboa: Texto Editores.
- FERNANDES, D. (2011). Articulação da aprendizagem, da avaliação e do ensino: Questões teóricas, práticas e metodológicas. In J. M. De Ketele e M. P. Alves (Orgs.), *Do currículo à avaliação, da avaliação ao currículo*, pp. 131-142. Porto: Porto Editora. [<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/6988>]
- FERNANDES, D. (2021). *Critérios de Avaliação*. Folha de apoio à formação - Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA). Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação.
- FERRAZ, M. J., Carvalho, A., Dantas, C., Cavaco, H., Barbosa, J. Tourais, L. e Neves, N. (1994). Avaliação Criterial e avaliação normativa. In Domingos Fernandes (Coord.), *Pensar avaliação, melhorar a aprendizagem* (Folha A/4). Lisboa: IIE. [Disponível no sítio da DGE]
- FORMOSINHO, J. (1991). Currículo uniforme – pronto-a-vestir de tamanho único. In F. Machado, F. & Gonçalves, M. F. (Eds.), *Currículo e Desenvolvimento Curricular* (pp. 262-267). Porto: Edições ASA.
- GASPAR, I. & Roldão, M.C (2007). *Elementos de Desenvolvimento Curricular*. Lisboa: Universidade Aberta.
- HADJI, C. (2001). *A Avaliação Desmistificada*. Porto Alegre. Artmed Editora.
- HADJI, C. (2011). *Ajudar os alunos a fazer a autorregulação da sua aprendizagem: Porquê? Como?* Pinhais: Editora Melo.
- MEIRIEU, P. (1992). *Apprendre... oui, mais comment*. Paris: ESF.
- NEVES, A. e Ferreira, A. (2015). *Avaliar é preciso? Guia prático de avaliação para professores e formadores*. Lisboa: Guerra & Paz.
- PACHECO, J. A. (1996). *Currículo: Teoria e Práxis*. Porto: Porto Editora.

Avaliação dos alunos – glossário

- PACHECO, J.A. (2002). Critérios de avaliação na escola. In P. Abrantes & F. Araújo (Coord.). *Reorganização Curricular do Ensino Básico. Avaliação das Aprendizagens. Das concepções às práticas*. Lisboa: Ministério da Educação- DEB. (pp. 55-64).
- PAIS, Hélder; CANDEIAS, Fernanda. *Avaliação formativa digital* (Versão de trabalho. Projeto MAIA). 2021
- PERRENOUD, P. (1999). *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artmed.
- PINTRICH, P. R. A conceptual framework for assessing motivation and self-regulated learning in College students. *Educational Psychologist*, 16(4), 2004, p. 385-407.
- RIBEIRO, L. C. (1990). *Avaliação da aprendizagem*. Lisboa: Texto Editora.
- SCRIVEN, M. (1991). *Evaluation thesaurus*. London: Sage.
- SIMÃO, A. M. V. (2005). Reforçar o Valor Regulador, Formativo e Formador da Avaliação das Aprendizagens. *Revista de Estudos Curriculares*, 3 (2), 265-289.
- VEIGA SIMÃO, A. M. (2005). Reforçar o Valor Regulador, Formativo e Formador da Avaliação das Aprendizagens. *Revista de Estudos Curriculares*, 3 (2), (pp. 265-289).
- VEIGA SIMÃO, A. M. *A aprendizagem estratégica: uma aposta na autorregulação*. Lisboa: Desenvolvimento Curricular, Ministério da Educação, 2002.
- VEIGA SIMÃO, A. M., LOPES DA SILVA, A. & SÁ, I (Orgs.) *Autorregulação da Aprendizagem: das Concepções às Práticas*. Coleção Ciências da Educação. Lisboa: Educa & Ui&dCE. 2007.
- ZABALZA, M. (1992). Do currículo ao projecto. In Canário, R. (Org.), *Inovação e Projecto Educativo de Escola* (pp 17-55). Lisboa: Educa.

Avaliação dos alunos – Referencial legislativo

Referencial legislativo e documentos curriculares

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto

Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto

Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto

Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho

AE (Aprendizagens Essenciais)

PASEO (Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória)

PE (Projeto Educativo)

Observatório da Qualidade

Junho 2021

Manuel Veloso

Helena Aguiar